



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **\*PROJETO DE LEI N.º 3.185, DE 2015** **(Do Sr. Alberto Fraga)**

Acrescenta os incisos IV e V no art. 5º, do Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969 e dá outras providências.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

SAÚDE E;

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

(\*) Atualizado em 10/10/2023 em virtude de novo despacho.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta lei acrescenta os incisos IV e V no art. 5º, do Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969 e dá outras providências.

**Art. 2º** O art. 5º, do Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º.....

.....

IV – realizar ou solicitar exames clínicos e radiológicos, com a finalidade de planejar, coordenar e realizar o plano de tratamento do paciente, com o fim de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física e o bem-estar do mesmo;

V – encaminhar o paciente para os demais profissionais de saúde, atuante em associação ou colaboração.”

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data da sua aplicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta proposta é reapresentar matéria que foi objeto de projeto de lei em 2001, na qual visa acrescentar os incisos IV e V no art. 5º, do Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969.

Isto porque, as profissões da área da saúde têm alcançado um grande benefício para toda a sociedade, porém se faz necessário a modernização da legislação para que os profissionais possam exercer as suas atividades com maior eficiência.

Os incisos acrescentados vêm ao encontro dos anseios dessas categorias que poderão dinamizar o atendimento dos pacientes e consequentemente a sua rápida e plena recuperação.

Tenho a certeza que os nobres pares irão aperfeiçoar este projeto, e que a sua provação resultará na modernização da legislação existente.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 2015.

**ALBERTO FRAGA  
DEPUTADO FEDERAL  
DEM/DF**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**DECRETO-LEI Nº 938, DE 13 DE OUTUBRO DE 1969**

Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e  
terapeuta ocupacional, e dá outras  
providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA  
AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato  
Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato  
Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art. 1º É assegurado o exercício das profissões de fisioterapeuta e terapeuta  
ocupacional, observado o disposto no presente Decreto-lei.

Art. 2º O fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional, diplomados por escolas e  
cursos reconhecidos, são profissionais de nível superior.

Art. 3º É atividade privativa do fisioterapeuta executar métodos e técnicas  
fisioterápicos com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do  
ciente.

Art. 4º É atividade privativa do terapeuta ocupacional executar métodos e técnicas  
terapêuticas e recreacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a  
capacidade mental do paciente.

Art. 5º Os profissionais de que tratam os artigos 3º e 4º poderão, ainda, no campo  
de atividades específica de cada um:

I - Dirigir serviços em órgãos e estabelecimentos públicos ou particulares, ou  
assessorá-los tènicamente;

II - Exercer o magistério nas disciplinas de formação básica ou profissional, de  
nível superior ou médio;

III - supervisionar profissionais e alunos em trabalhos técnicos e práticos.

Art. 6º Os profissionais de que trata o presente Decreto-lei, diplomados por  
escolas estrangeiras devidamente reconhecidas no país de origem, poderão revalidar seus  
diplomas.

Art. 7º Os diplomas conferidos pelas escolas ou cursos a que se refere o artigo 2º  
deverão ser registrados no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 8º Os portadores de diplomas expedidos até data da publicação do presente Decreto-lei, por escolas ou cursos reconhecidos, terão seus direitos assegurados, desde que requeiram, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o respectivo registro observando quando fôr o caso, o disposto no final do art. 6º.

Art. 9º É assegurado, a qualquer entidade pública ou privada que mantenha cursos de fisioterapia ou de terapia ocupacional, o direito de requerer seu reconhecimento, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 10. Todos aqueles que, até a data da publicação no presente Decreto lei exerçam sem habilitação profissional, em serviço público atividade de que cogita o artigo 1º serão mantidos nos níveis funcionais que ocupam e poderão ter as denominações de auxiliar de fisioterapia e auxiliar de terapia ocupacional, se obtiverem certificado em exame de suficiência.

§ 1º - O disposto no artigo é extensivo, no que couber, aos que, em idênticas condições e sob qualquer vínculo empregatício, exerçam suas atividades em hospitais e clínicas particulares.

§ 2º - Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura promoverá realização, junto às instituições universitárias competentes, dos exame de suficiência a que se refere êste artigo.

Art. 11. Ao órgão competente do Ministério da Saúde caberá fiscaliza em todo o território nacional, diretamente ou através das repartições sanitárias congêneres dos Estados, Distrito Federal e Territórios, o exercício das profissões de que trata o presente Decreto-lei.

Art. 12. O Grupo da Confederação Nacional da Profissões Liberais, constante do Quadro de Atividades e Profissões, anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5 452, de 1 de maio de 1943, é acrescido das categorias profissionais de fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, auxiliar de fisioterapia e auxiliar de terapia ocupacional.

Art. 13. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD  
AURÉLIO DE LYRA TAVARES  
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO  
Tarso Dutra  
Leonel Miranda

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------